



ASCENSÃO E DECLÍNIO DA AGENDA 21: Uma Análise Política

RISE AND DECLINE OF AGENDA 21: A Political Analysis

Talita Ravagnã Piga ⁽¹⁾

Sonia Regina Vargas Mansano ⁽²⁾

Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina-PR

Nicole Cerci Mostage ⁽³⁾

Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP, Londrina-PR

RESUMO

Desde a segunda metade do século XX, foram empreendidos diversos esforços no sentido de problematizar o avanço da devastação da natureza. Uma dessas iniciativas foi a elaboração da denominada Agenda 21, no ano de 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Tomando em consideração a relevância histórica do documento, o presente artigo, teórico e documental, tem por objetivo analisar as relações de poder que atravessaram a elaboração e a implementação da Agenda 21. Para tanto, a investigação foi dividida em três momentos: o primeiro discorre sobre a ascensão e o declínio da Agenda 21; em seguida, analisam-se as implicações subjetivas desse documento; e, por fim, o estudo aborda as dimensões políticas que atravessaram sua elaboração e implementação. Ao final, evidencia-se que, sem construir uma implicação subjetiva e política com a questão ecológica, qualquer iniciativa apresentará limites.

Palavras-chave: Sustentabilidade; relações de poder; subjetividade; política.

ABSTRACT

Since the second half of the twentieth century, various efforts have been undertaken several efforts to discuss the advancement of the devastation of nature. One of these initiatives was the elaboration of Agenda 21, in 1992, on the occasion of the United Nations Conference on Environment and Development, in the city of Rio de Janeiro. Taking into account the historical relevance of the document, this article, theoretical and documentary, aims to analyze the power relations that went through the elaboration and implementation of Agenda 21. Therefore, the research was divided into three moments: the first one deal with the rise and decline of Agenda 21; then the subjective implications of this document are analyzed; and, finally, the study addresses the political dimensions that went through its elaboration and implementation. At the end, it is evident that, without constructing a subjective and political implication with the ecological question, any initiative will present limits.

Keywords: Sustainability; power relations; subjectivity; politics.

INTRODUÇÃO

Os esforços dirigidos para problematizar a devastação sistemática que incide sobre o meio ambiente são

notáveis em nosso tempo histórico e ganham mais visibilidade, sobretudo, pela recorrência de estudos e estatísticas que evidenciam os problemas ambientais causados pelas atividades econômicas,

afetando especialmente as mudanças climáticas (WORLDWATCH INSTITUTE, 2010; SILVERWOOD-COPE et al., 2011; IPCC, 2014). Os resultados efetivos de tais esforços, entretanto, ainda guardam uma dimensão discreta diante dos desafios que temos pela frente em relação ao que Stengers (2014, p. 40) denomina como um “tempo das catástrofes”. Ao analisar nossa relação com a natureza, valendo-se do mito de Gaia, a autora afirma: “Não seremos mais autorizados a esquecê-la. Teremos de responder incessantemente pelo que fazemos diante de um ser implacável, surdo às nossas justificativas” (p. 41). Urgência semelhante já havia sido anunciada por Guattari (1997, p. 37), quando o mesmo alertava: “A conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados. Ela põe em causa o conjunto da subjetividade e das formações de poder capitalísticos”. Partindo de perspectivas diferentes, Stengers (2014) e Guattari (1997) evidenciam que estamos mergulhados em um campo problemático, complexo e de difícil trato.

Diante desse cenário, que requer atenção coletiva, o objetivo do presente artigo consiste em problematizar a “Agenda 21”, elaborada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, analisando as relações de poder que atravessaram sua operacionalização. A ampla disseminação desse documento na mídia contou com a adesão de movimentos sociais, governos, intelectuais, ativistas e da população em

geral que, por diferentes vias, abriu caminhos para conectar-se à questão ecológica, acreditando na possibilidade de avançar não apenas nos debates, mas também em práticas efetivas de proteção ambiental. Passados 26 anos de sua elaboração, entretanto, é notável que tal documento sofreu um enfraquecimento sistemático, caindo no esquecimento e deixando de ser uma referência. Estudos realizados em diferentes áreas de conhecimento testemunham esse movimento da Agenda 21 em direção ao seu declínio (TEIXEIRA, 2008; MARTINS et al, 2015; JACOBI, GÜNTHER, GIATTI, 2012). Outros estudos questionam sua efetividade na implementação local (FORSYTH, 2016; NAVARRO-ESPIGARES et al., 2018). Cada um a seu modo. Os estudos atestam a necessidade de analisar criticamente esse tipo de documento global (dentre outros já elaborados como a Carta da Terra, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, mais recentemente, o Acordo de Paris), verificando as limitações desse tipo de estratégia. Acreditamos ser precisamente esta a contribuição do presente trabalho: identificar as barreiras que dificultaram a efetivação da Agenda 21, bem como alertar para o risco de que outros documentos elaborados em nível global sigam o mesmo caminho de enfraquecimento.

Ao final desse percurso, será possível demonstrar que, para além da elaboração de documentos em eventos de abrangência nacional e internacional, bem como do comprometimento em colocá-los em prática, que foi assumido pelas nações signatárias, há uma dimensão política que transversaliza a questão ecológica e seus desdobramentos sociais. Sem considerar a

multiplicidade de forças atualizadas nesse campo, que envolve também dimensões subjetivas de seus partícipes, qualquer documento, por mais detalhado, consistente, divulgado e relevante que possa ser, mostra-se inoperante e fadado ao fracasso.

Delineamento Metodológico da Pesquisa

A perspectiva teórico-conceitual, adotada neste estudo, tem na concepção de “diagnosticar o presente” (2014, p. 49), de Michel Foucault, sua principal referência. Para o filósofo, cabe ao estudioso dedicado ao estudo do social estar atento às forças que emergem em seu tempo histórico para extrair delas alguma compreensão sobre o modo de vida que estamos ajudando a construir para nós mesmos e para a coletividade. A dimensão política presente nessa elaboração diagnóstica é clara em Foucault (2011, p. 174), quando o autor assinala: “toda forma de ação política não pode senão articular-se da maneira mais restrita com uma reflexão teórica rigorosa”.

Um aspecto relevante na produção diagnóstica está precisamente nos documentos gerados em dado tempo histórico, que servem como referência para compreender as questões nela presentes. Assim, pode-se considerar, juntamente com May (2004, p. 221), que “os documentos fornecem uma fonte de dados importante para entender os eventos, processos e transformações nas relações sociais”. Assim, definiu-se como unidade de análise a denominada Agenda 21.

Partindo dessa definição, o presente estudo teórico e documental foi dividido em três momentos: primeiro, foi realizada uma explanação histórica acerca da elaboração e implementação da Agenda

21, relatando seus principais pressupostos, características e organização geral. Adotando uma perspectiva diagnóstica, também foi realizado nesta fase, um levantamento de documentos de domínio público, como jornais e revistas de circulação nacional e internacional, que relataram os movimentos ascensão e declínio desse documento pelo período de dez anos após sua elaboração, sendo delimitados os anos de 1992 a 2002. Tal período foi definido tendo como base a incidência do tema na mídia.

Em seguida, empreendeu-se um debate crítico sobre as dificuldades de colocar a Agenda 21 em prática no nosso país, recorrendo a alguns teóricos da área da Administração e da Sociologia que descreveram seus limites, contradições e impedimentos. Nessa parte, foram descritas cinco críticas dirigidas ao documento, demonstrando como, onde e quais condições levaram ao seu declínio.

Por fim, foram colocadas em análise as relações sociais e políticas da atualidade, recorrendo ao que Sennett (1998) e Lasch (1983) diagnosticaram como sendo um tempo histórico no qual o exercício político enfraqueceu, sendo sobreposto pelas experiências da vida privada e pelo individualismo defensivo.

Partindo da perspectiva de que a Agenda 21 consolidou-se como um documento que serviu como referência para governos, ONGs, empresas e movimentos sociais, ao menos na época de sua elaboração, o presente estudo justifica-se por abordar como ocorreu seu enfraquecimento. Buscando elaborar um traçado diagnóstico sobre esse documento e sobre seus efeitos sociais, questionam-se quais forças (FOUCAULT, 1996) facilitaram e quais impediram a

consolidação das práticas ecológicas nele anunciadas.

DA ASCENSÃO AO DECLÍNIO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA AGENDA 21

A Agenda 21 pode ser considerada um documento de amplitude global, fruto da CNUMAD, também conhecida como Rio-92, que foi sediada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, entre os dias 3 e 14 de junho, de 1992. Participaram do evento 178 países, movimentos ambientais militantes, líderes religiosos, artistas de diversas modalidades, intelectuais e jornalistas, tendo sido organizado por ONGs (Organizações Não-Governamentais) e movimentos populares (OLIVEIRA, 2011). Durante sua realização, foi elaborada uma série de declarações, dentre as quais se destaca a convenção sobre mudança climática e uma recomendação para que se estabilizassem as emissões de dióxido de carbono. Tais preocupações foram propulsoras para a aprovação da Agenda 21, enquanto um plano de ação composto de 2.500 recomendações divididas em 4 seções e 40 capítulos. Nela, é notável o investimento de parte das instituições públicas e da sociedade civil em busca da preservação do meio ambiente. Cabe assinalar que a Agenda 21 possui uma diversidade de conteúdos e de aspectos de cunho social e político, podendo ser considerada um documento avançado quando comparada àqueles que a precederam.

Sua estrutura geral é formada por objetivos e metas a serem alcançados: “trata-se de um documento político com compromissos assumidos pelos Estados,

traduzidos em ações concretas, sobre meio ambiente e desenvolvimento” (IPRI, 1993, p. 39, citado por Mota, 2001). Nesse material, encontra-se ainda a divisão em capítulos nos quais são descritas algumas áreas de concentração para programas relativos a cada temática abordada. O programa fornece a base para ações em diversos âmbitos, ainda que de caráter bastante abrangente. Em seguida, há os objetivos que reforçam a importância das ações a serem implementadas, descrevendo as atividades deles decorrentes. Por último, cada capítulo fornece os chamados “meios de implementação” que apontam os recursos que serão necessários para viabilizar as ações e atividades descritas.

Existem quatro grandes seções na Agenda 21. Na Seção I, o documento trata especificamente das dimensões social e econômica do desenvolvimento sustentável, incluindo os efeitos dos padrões de consumo nos países industrializados. A Seção II é dedicada à gestão e à conservação dos recursos naturais, incluindo o planejamento e a gestão integrada do solo, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento rural. Na Seção III, ocorrem discussões pertinentes ao fortalecimento do papel dos grupos sociais, abrangendo os temas relativos a gênero, juventude, crianças, indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, empresas, comunidade científico-tecnológica e agricultores. E, por último, a Seção IV trata mais especificamente do aparato burocrático dos meios de implementação da Agenda 21, que inclui recursos e mecanismos financeiros, transferência,

cooperação e capacitação tecnológica, arranjos institucionais e instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais (MOTA, 2001).

Um ponto que chama a atenção neste documento é o grau de responsabilidade atribuído aos governos no planejamento e execução de ações para toda a gama de problemas apresentada acima. Em seu preâmbulo, lê-se:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais (AGENDA 21 GLOBAL, 1992, p. 5).

Apesar de a Agenda 21 ter por principal objetivo “preparar o mundo para os desafios do próximo século”, tal missão ficou, nos anos que sucederam sua elaboração, restrita à responsabilidade dos governos. Às demais organizações (cooperação internacional, organizações internacionais, regionais e sub-regionais, ONGs e outros grupos) caberia um papel coadjuvante de cooperar, complementar e contribuir com os governos em sua empreitada política. Dessa forma, a Agenda 21 se desdobrou em outras agendas: Agendas 21 nacionais, Agendas 21 estaduais e Agendas 21 locais (dirigida

para municípios, empresas e demais organizações).

A importância que tal documento alcançou evidencia-se pela repercussão midiática que a Rio-92 teve na época de sua realização. Pode-se encontrar em diferentes obras que abordam a problemática do meio ambiente (BARBIERI, 2008, 2009; FOLADORI, 2001; LENZI, 2006; MATTOS; MATTOS, 2004; MOTA, 2001) recorrente menção à Rio-92 como sendo o maior evento pró-sustentabilidade já realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas). Junto à Carta da Terra, cuja elaboração também foi iniciada durante o referido evento, a Agenda 21 foi reconhecida pelos estudiosos acima citados como um dos documentos mais relevantes para pensar, discutir criticamente e mudar os rumos da relação que temos com os recursos naturais.

No que se refere à sua divulgação, a imprensa global enviou mais de 10.000 jornalistas para esse evento. Nos meios de comunicação nacionais, foi amplamente salientada a presença de líderes mundiais, como Dalai Lama e o secretário-geral da Rio-92, Maurice Strong, também presidente da conferência de Estocolmo (O GLOBO, 2012). Os jornais também enfatizaram a participação de líderes políticos como o então presidente norte-americano George Bush, o premier inglês John Major, François Mitterrand e Fidel Castro. O evento contou ainda com a participação de intelectuais de diversas nacionalidades como Herbert de Souza, presidente da ONG IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e o filósofo francês Jean Baudrillard.

A mídia internacional também se fez presente no evento. As grandes emissoras de televisão do mundo, “como a americana CNN, a alemã ZDF, a japonesa NKD e a brasileira Rede Globo, montaram um grande esquema para a transmissão do evento, permitindo a veiculação de notícias 24 horas por dia, durante os dez dias do evento” (FERREIRA, 2008, p. 6). A Rio-92 serviu para alavancar o movimento do jornalismo ambiental que já vinha se consolidando ao longo das outras conferências internacionais pró-sustentabilidade. A revista internacional Times chegou a fazer uma publicação especial chamada de “A revisão do evento pela ótica de um periódico da mídia internacional”, onde buscou elucidar os principais pontos da Conferência: seus impactos para o mundo e o posicionamento político-diplomático de diversos países diante do maior evento internacional já ocorrido até então. A publicação ainda teceu várias análises sobre os dois principais documentos gerados na Conferência: a Agenda 21 e a Carta da Terra (LIMA et. al, s/d).

Após a ampla repercussão midiática em torno da Rio-92, entretanto, ocorreu uma espécie de descrédito com a proposta da Agenda 21 e seu decorrente esquecimento, tal qual evidencia o estudo de Martins, Carvalho, Barcellos e Moreira (2015). Os autores assinalam:

quando o setor governamental de meio ambiente apresenta fraqueza institucional, os demais setores envolvidos com a questão ambiental também tendem a enfraquecer. Desse modo, a construção da Agenda 21, considerada estratégica e inovadora, não avançou no sentido da sua consolidação,

porque esbarrou na inexistência de uma cultura capaz de manter e garantir os desdobramentos gerados pelo processo (MARTINS, CARVALHO, BARCELLOS e MOREIRA, p. 107).

Desde 1992 até nossos dias, verificou-se a dificuldade de encontrar notícias veiculadas à Agenda 21, sobretudo nos principais portais de notícias internacionais como CNN e BBC. Em âmbito nacional, notícias de jornais localizados em cidades do interior apontam para o declínio da Agenda 21 Local (O JOINVILLENSE, 2010; Fortes, 2014). O site do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) destaca que houve uma queda, ao longo do tempo, no que se refere à adesão da Agenda 21 pelos municípios, caindo de 29,7% em 2002 para 19,9% em 2009 (DESIDÉRIO, 2010). Apesar disso, para o autor, os números ainda são modestos. Quase 20 anos após a criação da Agenda 21 internacional, “os dados do IBGE dizem que, das iniciativas locais detectadas, 250 tinham consequências nas políticas públicas municipais, ou seja, 22,6% do total (ou ainda 4,5% de todos os municípios brasileiros)” (DESIDÉRIO, 2010).

Uma matéria publicada pelo jornal local da cidade de Joinville/SC, em 2010, teve como manchete “Agenda 21 esquecida”. De acordo com o jornal, em 1998 os noticiários anunciavam um grande feito: Joinville era o segundo município do país a ter a sua Agenda 21 e, seis anos depois, Santa Catarina tornava-se o segundo estado brasileiro a ter Agenda 21. A matéria destaca o relato de pesquisadores da Associação Brasileira de

Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), pois, para eles, “quase dez anos depois da Rio 92, muito pouco tinha sido realizado para implementar a Agenda 21 no país. Além de denunciar, ‘o mais completo silêncio em torno da questão’ por parte da mídia” (O JOINVILENSE, 2010). A matéria segue relatando que em 2010,

O quadro ainda é desolador. Segundo o presidente da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) de Joinville, Giampaolo Marchesini, há anos não se fala na Agenda 21 em Joinville. (...). Em 1997 foi criada e instalada, por decreto de lei, uma comissão específica da Agenda 21. “Há doze anos que não acontece reunião com esse grupo”, lamenta Marchesini (O JOINVILENSE, 2010).

Seguindo o mesmo movimento de enfraquecimento, outra iniciativa local foi destacada no portal de notícias independente “O Estado” (FORTES, 2014) que apresentou uma matéria sobre a Agenda 21 local da cidade de Fortaleza. Tratava-se de uma proposta criada por Decreto Municipal em maio de 2005 e cuja primeira reunião aconteceu em novembro daquele ano, com 25 entidades representadas. O objetivo principal da reunião era produzir um plano de ação para o alcance de um cenário futuro desejável para a capital do Ceará. Esse plano levaria em consideração a análise das vulnerabilidades e das potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental.

Tal como salientado na introdução deste artigo, temos em Foucault uma referência para traçar um diagnóstico acerca desse documento que é a Agenda 21. Para o autor, desejo, poder e interesse

são três elementos indissociáveis que participam da produção política de quaisquer práticas. Se a Agenda 21, amplamente comemorada na ocasião de seu lançamento, entrou em declínio em menos de uma década, compreende-se que há aí um desconhecimento sobre sua consistência e uma dificuldade de reconhecer a urgência de debater a temática do meio ambiente por parte do coletivo. Se a questão que enfraquece a Agenda 21 está nas relações de poder que a atravessam, cabe identificar quais são as principais críticas a ela dirigidas. A identificação e análise de tais críticas são necessárias para delinear tanto os obstáculos quanto os desafios colocados para sua implementação.

DIFICULDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 21

Ao considerar as repercussões acima destacadas sobre a Agenda 21, cabe agora evidenciar algumas das suas limitações, primeiramente, em nível geral e conceitual, depois, em nível instrumental. Há uma literatura significativa que aponta nessa direção advinda de diferentes áreas de conhecimento (ACSELRAD; LEROY, 1999; RODRIGUES, 2005; CENCI; GATTO, 2008; ULTRAMARI; REZENDE, 2006; MALHEIROS, et al., 2008). Na presente seção, destacaremos cinco críticas que recaem sobre este documento.

Uma primeira crítica que destacamos em relação à Agenda 21 refere-se às restrições sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e suas maneiras de efetivação. De certo modo, ela reitera a concepção de desenvolvimento sustentável produzida pela Comissão

Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, colocando ênfase na economia como força motor do desenvolvimento sustentável e, assim, confirmando a hegemonia do mercado. Este último é nela considerado como “o ambiente institucional mais favorável à consideração da natureza como capital” (ACSELRAD; LEROY, 1999, s.p). Assim, o documento propõe uma relação entre produção, meio ambiente e desenvolvimento econômico, fundamentada em uma visão econômica dos sistemas biológicos, onde o crescimento econômico, acompanhado do progresso técnico, seriam capazes de poupar os recursos materiais, sem alterar ou restringir a produção e acumulação capitalista.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável seria efetivado por meio de um ambientalismo de livre mercado. Sobre isso, Acsehrad e Leroy (1999) acentuam que por mais que o documento reconheça a responsabilidade das nações industrializadas na crise ambiental e social, “o questionamento aos valores que sustentam um certo padrão de consumo parece retórico frente às metas propostas: uma relativa redução de consumo de matéria e energia e não uma mudança de produção, distribuição e consumo” (s.p).

A noção de desenvolvimento sustentável busca abarcar dimensões ecológicas, sociais, políticas, econômicas e territoriais, o que, por si só, não seria um problema. Para Rodrigues (2005), porém, essas dimensões acabam sendo contraditórias. A terminologia “desenvolvimento sustentável”, apresentada na Agenda 21, não é mais do

que um ajuste conceitual, que mantém o modo de produção atual e atribui os problemas aos desvios do modelo de cada país e não ao modo de produção dominante (RODRIGUES, 2005). Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado pela Agenda 21 é um princípio discursivo que trata “dos problemas ambientais que ocultam a complexidade da problemática ambiental [...]. Desloca as formas de apropriação das riquezas territoriais, apropriadas privadamente, para a ‘natureza’, ‘a biosfera’, o ‘meio ambiente’ como bem comum” (RODRIGUES, 2005, p. 96). Além disso, desloca algumas análises da produção para o consumo, sendo que os problemas do meio ambiente seriam, sob esse ponto de vista, solucionados por meio do desenvolvimento de tecnologias.

O’Connor (2002) assinala que recentemente a sustentabilidade pressupõe uma transformação sem precedentes de tecnologia. O problema, porém, mantém-se na forma de redefinir o papel do capital em relação à sustentabilidade, considerando os limites da utilização dos recursos da biosfera. Então, apesar de ter como finalidade um novo tipo de desenvolvimento, o sustentável, a Agenda 21 aponta o modelo de desenvolvimento tecnológico para um desenvolvimento sustentável que se apresenta insustentável (BASSANI; CARVALHO, 2004).

Uma segunda crítica encontrada na literatura refere-se ao cumprimento da Agenda 21, em nível internacional. Compreende-se que um dos pressupostos para a sua ineficácia está relacionado à ausência de uma visão de mundo globalizado, quando se trata da definição de diretrizes internacionais e jurisdições

que transcendam os limites geopolíticos. O direito e o Estado possuem importância na proteção de um ambiente globalizado, que depende das interações desde os níveis locais até os globais. Cenci e Gatto assinalam que existem:

[...] pretensões de mundialização dos grandes temas de interesse social, especialmente o meio ambiente, em vistas de uma sociedade mundial, conforme pretende o sistema econômico, e esta como categoria em formação, e os limites da capacidade jurídica e das normas de validade internacional, na proteção ao meio ambiente (CENSI; GATTO, 2008).

Cenci e Gatto (2008) afirmam, portanto, de que o meio ambiente é uma questão que transpassa os limites dos territórios, sendo um bem supranacional, de interesse coletivo. Para contornar essa dificuldade, a Agenda 21 estabelece planos de ações e planejamento participativos em níveis global, nacionais e locais. No entanto, ainda há lacunas acerca do conhecimento e da informação sobre sustentabilidade no âmbito global, como também, há diferenças quanto às potencialidades dos países para construir esse novo modelo de desenvolvimento proposto pela Agenda.

Por representar um documento de comprometimento internacional, ela exige um esforço conjunto dos governos de todo o mundo para ações que envolvam desenvolvimento e meio ambiente, sendo um plano de ação estratégico em escala planetária. Com ela, busca-se um novo padrão de desenvolvimento, uma tentativa de conciliação da proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Assim, “a interligação entre o

desenvolvimento socioeconômico e as transformações do meio ambiente, por década ignorada, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo” (BRÛSEKE, 1996, p. 108). Seguindo a Agenda 21 Global, governos e sociedades iniciaram um conjunto de ações para a construção de Agendas 21, tanto no âmbito nacional, regional quanto local (MALHEIROS, et al., 2008). Isso evidencia a emergência de uma série de dificuldades em função da sobreposição de interesses econômicos advindos das nações mais ricas.

Uma terceira crítica, agora dirigida ao contexto da Agenda 21 brasileira, envolve a falta de “proposição nesse documento de indicadores que componham um sistema de monitoramento e avaliação” (MALHEIROS, et al., 2008, p. 9). Tratando-se da Agenda 21 local, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002, mostram que 6400 governos locais em 113 países estavam envolvidos em atividades relacionadas à Agenda 21 local nos 10 anos anteriores. Contudo, “apesar desses esforços, o tema ainda é recente e demanda maior atenção por parte das instituições de pesquisa e aplicação prática pelas instituições governamentais e não governamentais com atuação em política e gestão da sustentabilidade” (MALHEIROS, et al., 2008, p. 9), em especial na realidade brasileira. A contribuição de Álvares (2009, p.1) elucida que a Agenda 21 possui “nas ações locais a sua principal forma de atingir o desenvolvimento sustentável”. Todavia, o seu caráter supranacional traz ineficácia à Agenda, por definir a priorização do crescimento econômico que destrói e

degrada o meio ambiente em larga escala. Isso a torna impraticável, pois alguns países e regiões vivem na miséria e pobreza precisando produzir bens fundamentais para tentar atender as necessidades básicas para a sobrevivência humana (CENCI; GATTO, 2008). Acrescentam os autores:

Nesta dimensão o direito humano ao ambiente sadio surgido nas solenes declarações internacionais, absorvidas pela grande maioria dos países, não se traduzem em práticas internas de efetivação do direito ao ambiente sadio, e concomitantemente, não há uma coerção suficientemente capaz de impor tal direito, tampouco, nos parece tratar-se de um direito de cidadania que deva ser garantido pela dimensão internacional, mediante imposição, porém, apresenta-se um tema altamente complexo (CENCI; GATTO, 2008, s.p).

Uma quarta crítica dirigida à Agenda 21, especificamente em sua dimensão local, refere-se à dificuldade de traduzir seus princípios em práticas regionais de efetivação do direito à proteção do ambiente. Uma das lacunas na implementação das agendas locais é a sua própria gestão, que envolve a elaboração de avaliação de resultados e impactos desses processos no âmbito local, que “orientem políticas e ações no sentido de ampliar investimentos nesse componente e melhorar aspectos ainda não satisfatórios, como, por exemplo, forma de engajamento de atores, continuidade de ações após períodos de mudanças de gestão governamental” (MALHEIROS, et al., 2008, p. 9).

Ao mesmo tempo em que defende soluções alternativas ao Estado e ao poder

local (como parcerias entre comunidade e setor privado para o encaminhamento de soluções), a Agenda 21 atribui ao Estado o papel fundamental de mediador, regularizador e responsável pela maioria das metas apresentadas. Isso pode ser realizado seja pelo planejamento de novas legislações, seja pela direção dos investimentos (ULTRAMARI; REZENDE, 2006). No estudo apresentado por Jacobi, Günther e Giatti (2012, p. 338) sobre a relação entre a Agenda 21 e a governança é possível verificar a diversidade de questões que permeiam os estudos exploratórios com foco em diagnósticos situacionais, com especial destaque para aspectos “socioeconômicas, ambientais, políticas e de saúde” envolvidos.

Outras dificuldades enfrentadas na implementação da Agenda 21, que circunscreve a quinta crítica aqui identificada, relacionam-se com o desenvolvimento de um processo participativo de países sem nenhuma tradição nesse tipo de participação, como também de elaboração de políticas públicas (ULTRAMARI; REZENDE, 2006). Caberia ao Estado nacional favorecer implementação da Agenda 21. Assim, “cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma Agenda 21 Local” (Conferência, 1992, Capítulo 28, p. 212). Nesse sentido, a Agenda 21 Local propõe a participação comunitária e dos cidadãos: “as tarefas a serem cumpridas pelos poderes locais são, portanto, ampliadas, transformando seus responsáveis em gestores ambientais urbanos [...] por meio do provimento de serviços e infraestrutura” (ULTRAMARI; REZENDE, 2006, p. 23). Nessa direção, o

estudo desenvolvido por Martins, Carvalho, Barcellos e Moreira (2015) deixa clara a importância da governança ambiental, evidenciando que a mesma implica a “possibilidade de participação integral da sociedade nas decisões que envolvem o meio ambiente, seja através de organizações civis, seja de entidades governamentais” (p. 99). A Agenda 21 também trata amplamente em sua seção III do fortalecimento dos grupos. Dentre eles, as ONG’s possuem papel central na implementação da sociedade participativa, com o direito de opinar, propor, deliberar, executar, fiscalizar o governo e as instâncias públicas internacionais. Porém, de acordo com Acelrad e Leroy, “às forças ocultas do mercado, podem se opor a cidadania ativa como participante central de um outro projeto de desenvolvimento” (ACSELRAD; LEROY, 1999, s.p).

No âmbito das críticas aqui elencadas sobre Agenda 21, destaca-se a relação problemática e incômoda entre as possibilidades de se construir um desenvolvimento sustentável e as exigências sistematicamente colocadas pela organização socioeconômica capitalista para explorar a natureza. As relações de poder presentes nesse campo são notáveis. Diz Foucault:

Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (FOUCAULT, 1996, p. 75).

Nota-se que, em larga medida, a Agenda 21 não se consolidou em suas premissas de preservação. Seus desdobramentos históricos colocaram em evidência uma série de relações de poder dentre os quais a economia, as políticas de Estado, os interesses de mercado, os movimentos ecológicos e a própria população participa de diferentes maneiras e com graus de implicação, alternando e intercambiando posições. Cada uma das críticas que recaem sobre a Agenda 21 identificadas neste estudo evidencia forças díspares que geraram estagnação ou mesmo impedimentos para levar adiante a execução das ações programadas. Tal cenário requer, portanto, uma análise sobre a dimensão política das relações de poder que atravessam o processo e que demanda, sobretudo, implicação coletiva.

A DIMENSÃO POLÍTICA DOS EVENTOS E DOCUMENTOS ASSINADOS

De acordo com o percurso realizado até o momento, nota-se que desde sua elaboração, a Agenda 21 foi tanto comemorada quanto esquecida pelas nações signatárias. Diante dessa história conturbada, cabe analisar a dimensão política que atravessa as tentativas empreendidas para alcançar sua efetivação. A história recente mostra que não basta a elaboração de um documento e a adesão formal de governantes para colocar em prática os pressupostos nele contidos. Adentramos, dessa maneira, na dimensão subjetiva que se torna um diferencial para colocar em prática seus pressupostos, sendo impossível pensar em sua efetuação sem que se tenha

minimamente consolidada uma adesão, implicação e preocupação com o futuro da natureza e da existência humana.

Resgatando a ideia de Guattari que, no início deste artigo, evidenciou o quanto a questão ecológica não pode ficar restrita a um grupo específico de indivíduos, seja por afinidade ao tema, seja por interesses acadêmicos, acreditamos que este tempo histórico está diante de um obstáculo difícil de ser contornado: a indiferença social perante a problemática da relação predatória que historicamente mantemos com a natureza. Cabe, então, dar visibilidade a uma questão que vem se afirmando mais fortemente desde a segunda metade do século XX, especialmente no cenário que Guattari e Rolnik (1996) denominam como Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Essa organização socioeconômica, uma vez tendo explorado as riquezas naturais, o tempo e o corpo dos trabalhadores, detectou, mais recentemente, que a subjetividade pode ser considerada uma nova fonte de riqueza a ser explorada. Resta compreender como essa exploração encontra ressonância nos modos de vida que construímos, assumimos e compartilhamos na contemporaneidade, bem como as relações de poder que ela coloca em curso. Nessa mesma direção, Teixeira (2008, p. 33) assinala: “Para refletir sobre a possibilidade de uma sociedade ecológica e socialmente sustentável é necessário identificar as causas da insustentabilidade que estão relacionadas à forma como a produção material se organiza política, social e culturalmente”.

Seguindo os argumentos de Sennett (1998), encontramos-nos diante de uma realidade social na qual essa

insustentabilidade se evidencia: o espaço público está cada vez mais esvaziado no que diz respeito ao contato com estranhos, ao acaso dos encontros e mesmo à abertura para o livre debate e conversação sobre os problemas que assolam a coletividade. Em seu lugar, ganhou relevância a manifestação da opinião íntima e pessoal, marcada pela valorização de traços de personalidade e de emoções privadas. Diz Sennett (1998, p. 16): “Como na época romana, a participação na res publica é hoje, na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo; e os fóruns para essa vida pública, como a cidade, estão em estado de decadência”. Reduzindo a avaliações privadas aquilo que é da ordem da coletividade e do bem comum, o sentido de participação política perde força aceleradamente, uma vez que “o mundo exterior, impessoal, parece nos decepcionar, parece rançoso e vazio” (SENNETT, 1998, p. 17). O mesmo autor alerta, entretanto, que o preço a ser pago por esse esvaziamento público, em nome da intimidade, é elevado: o contato social esvaziado e o debate coletivo desqualificado levam a um fechamento da população na esfera privada.

Outro ponto destacado pelo autor diz respeito à diversidade presente na vida pública que, aos poucos, foi sendo associada, nesse cenário intimista, a perigo ou risco pessoal. Evitando ao máximo o contato com aquilo que é diferente (e, conseqüentemente avaliado como perigoso), o refúgio nas instituições de intimidade, como a família e as relações amorosas, acarretou em uma espécie de isolamento defensivo. Nele, “o silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública,

especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado” (SENNETT, 1998, p. 43). Daí a frequência com que se difundiu a ideia de que todo cidadão possuía, por direito, uma espécie de “escudo invisível, um direito de ser deixado em paz” (IDEM). Ora, ser deixado em paz é um enunciado bastante recorrente em nossos dias, ainda mais quando fica evidente que o debate público sobre quaisquer temáticas requer enfrentamentos, polêmica, instabilidades e alianças parciais. Na conclusão de seu estudo, o autor dá visibilidade ao fato de que o declínio do homem público, em nome das tiranias da intimidade, envolve uma “catástrofe política” (IDEM, p. 411). Tal catástrofe poderia ser facilmente identificada em enunciados que são comuns no nosso cotidiano, tais como “não me interessa por política”, “as coisas não vão mudar mesmo” ou “cada um deve fazer sua parte”. Sem cair na armadilha de um saudosismo, porém, Sennett lembra que a vida social nas cidades se encontra adormecida, mas não inutilizada. A dificuldade de implicação para com a Agenda 21 e seus desdobramentos em ações concretas pode ser compreendida, em parte, a partir desse esvaziamento do espaço público. Ocorre que, insistindo nessa direção de isolamento, é a própria continuidade da existência natural e humana que estão colocadas em risco.

É nesse ponto que a análise empreendida por Lasch (1983) ganha relevância ao identificar a presença de tempos sombrios que são assim descritos por ele:

O holocausto nazista, a ameaça de aniquilamento nuclear, o esgotamento de recursos naturais, as previsões bem fundamentadas de desastre ecológico preenchem a

profecia poética, dando substância histórica concreta ao pesadelo, ou desejo de morte, que os artistas vanguardistas foram os primeiros a exprimir (LASCH, 1983, p. 23).

Analisando a cultura e os hábitos da sociedade americana, da qual somos herdeiros diretos, bem como prevendo um cenário por vir, que em larga medida já é o nosso, Lasch recorre ao conceito de narcisismo para compreender como chegamos a essa situação de individualismo e recolhimento na vida pessoal. Ele evidencia o quanto, conformados com a situação de catástrofe iminente, buscamos saídas individuais e isoladas para sobreviver em meio às adversidades que se apresentam no cotidiano. Qualquer movimento no sentido de evitá-las, problematizá-las ou resistir a elas, exigiria uma abertura a algo que se tornou uma tarefa árdua: o debate público e o compromisso compartilhado de atuar, tendo em vista o bem comum. Tal como analisado nas primeiras partes deste estudo, a Agenda 21 requer a participação coletiva em sua execução. Ao mesmo tempo, encontramos-nos em um terreno bastante árido para conseguir tal participação.

Lasch demonstra que a busca individual pela sobrevivência tornou-se uma “paixão predominante” (p. 25) diante da qual o enfraquecimento coletivo consolida-se como seu maior efeito. Assim, ansiosos, temerosos e defendidos, tendemos ao recolhimento narcísico e intimista que, supostamente, traria alguma sensação de segurança e “paz psíquica” (p. 43). Como exemplo desse recolhimento, podemos recorrer à análise do uso e ocupação das praças públicas nas grandes cidades brasileiras. Avaliadas como locais

perigosos e habitados por estranhos, as praças são frequentadas majoritariamente nos períodos diurnos e apenas como vias de ligação e passagem. A baixa permanência nesses espaços restringe-se a pessoas em situação de rua, sem moradia, marginalizados e aos raros movimentos sociais que insistem em chamar a atenção do cidadão para alguma causa de suposto interesse coletivo. Diz Lasch: “A ética da autopreservação e da sobrevivência psíquica está, então, radicada não meramente nas condições objetivas da guerra econômica, nas elevadas taxas de crimes e no caos social, mas na experiência subjetiva do vazio e do isolamento” (p. 77). Essa tendência psicossocial afirma-se a cada dia com mais força, fazendo da busca pessoal pela sobrevivência um valor a ser cegamente perseguido.

Partindo das contribuições diagnósticas de Sennett e Lasch, cabe retornar ao ponto de partida deste artigo que envolve as possibilidades de colocar em prática o debate político de um projeto voltado para o bem comum, como é o caso da Agenda 21. Nota-se que o convite para debates sobre quaisquer questões de cunho político é imediatamente desqualificado e “terceirizado” para alguns setores da sociedade que supostamente poderiam ocupar-se dessa tarefa. Mesmo em tais grupos, frequentemente protagonizados por alguns governantes, ONGs e movimentos ambientalistas, os impasses são diversos, atravessados por culpabilização e responsabilização – o que está bem distante de um debate político e implicado com o tema. Diante dessa limitação, a emergência de novas iniciativas como, por exemplo, o documento denominado

“Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS), aparece apenas como uma nova roupagem simplificadora para um problema de difícil trato: conquistar a participação efetiva da população em práticas ecológicas.

Tomando em consideração os efeitos nocivos trazidos pelo avanço predatório do capitalismo sobre a natureza, Rifkin (2012) descreve o que denomina de “Terceira Revolução Industrial”, defendendo a ideia de que somente a análise da relação do humano com a natureza poderá caminhar na direção de uma mudança planetária. Alvo de diversas críticas, a obra faz um esforço para resgatar a importância da intervenção do humano sobre a organização social vigente, demonstrando que as práticas sustentáveis ainda carecem de investimento, debate, implicação e estudo.

Em nosso entendimento, um documento como a Agenda 21 também carece de tal esforço e investimento. Em se consolidando como um documento de referência para ser discutido e construído em nível local, micropoliticamente localizado, ela não encontra no campo social as condições subjetivas mínimas para ser colocada em prática em nosso tempo histórico. Outros documentos anteriores e subsequentes, gerados em conferências internacionais, como é o caso do Protocolo de Kioto (1988), da Carta da Terra (finalizada no ano de 2000) e do recente Acordo de Paris (2015), poderão ter destino semelhante uma vez que não encontram respaldo no social para serem apreciados, debatidos e implementados. As conclusões do estudo de Malheiros, Philippi Jr. e Coutinho (2008) sobre a Agenda 21 e os indicadores de

desenvolvimento sustentável no contexto brasileiro demonstram precisamente essa dificuldade. Nas palavras dos autores: “A construção de Agendas 21 no âmbito local, escolas, bairros e municípios, em espaços regionais, bacias hidrográficas, consórcios municipais, nos Estados e no âmbito nacional, pressupõe o estabelecimento de processo participativo, objetivos, compromissos, visão de futuro e indicadores de avaliação (p. 17). As dificuldades decorrentes de colocar em curso esse processo participativo fragiliza a implementação de um programa sustentável.

O risco, nesse caso, está em produzir um descrédito político que, em nosso entendimento, precisa ser enfrentado a fim de evidenciar, ainda que minimamente, os obstáculos que se levantam para colocar em prática tais documentos. A implicação subjetiva dos governantes e da população consolida-se, assim, como uma condição indispensável para levar adiante tal debate. Isso sublinha um campo problemático de difícil apreensão: como superar o individualismo disseminado e construir uma implicação coletiva com um problema que é urgente e cujos efeitos reverberam em nível planetário?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu em problematizar a Agenda 21, analisando as relações de poder que atravessaram sua operacionalização. Metodologicamente, adotamos a perspectiva foucaultiana de diagnosticar o presente, evidenciando as relações de poder atualizada na problemática apreciada. Qual a contribuição trazida por essa investigação?

Elencamos, ao final deste percurso, três pontos que cooperam para compreender o enfraquecimento sistemático desse documento de referência internacional.

Primeiro, é notável que a população, neste tempo histórico, tende a assumir uma postura de espectadora em relação àquilo que se passa ao seu redor. Assim, é notável que a tarefa mais trabalhosa, que consiste em sustentar o debate presencial que atualiza diversas relações de poder, fica restrita a grupos específicos, geralmente ligados a causas ecológicas. Esses se revezam na ação coletiva a cada vez que se veem diante de um problema social a ser enfrentado. Com isso, audiências públicas, assembleias sindicais, reuniões comunitárias e movimentos sociais tendem a agregar as mesmas pessoas, que, por várias vias, também expressam seu cansaço.

O fetiche instaurado em torno da “solução correta” e imediata para os problemas consolida-se como uma segunda barreira ao debate. Extremamente idealizada, “a” solução, como nova mercadoria difundida pelo capitalismo, é perseguida de maneira implacável, com a promessa mágica de que ela supostamente resolveria definitivamente os problemas enfrentados no social exclusivamente pela via econômica. Como não existe “a” solução definitiva nas problematizações políticas e nas relações de poder, que para Foucault (1996) são móveis e transitórias, o debate é desqualificado como “perda de tempo”, como algo reservado a alguns que supostamente teriam predisposição para esse tipo de atividade avaliada como repetitiva, exaustiva e inoperante. O que vemos se instalar, nesse caso, é uma espécie de colonização do debate, mediante a difusão de discursos técnicos e

prescritivos, incapazes de engendrar uma análise política das múltiplas forças presentes na comunidade, no município, no estado, na nação ou no planeta. Associado à inoperância, o debate, quando ocorre, parece atualizar um universo inacessível ao indivíduo espectador que almeja a prescrição, o controle e a solução definitiva. Decorrente da colonização técnica e prescritiva do debate há um enunciado contemporâneo que serve como uma espécie de escudo que dificulta a discussão em âmbito coletivo: “Faça sua parte”. Nessa perspectiva, o social é concebido simplesmente como a somatória de indivíduos que, uma vez conscientes de sua responsabilidade, seriam capazes de, em nível individual, suprimir os problemas. A mera conscientização, somada ao individualismo, agrava o enfraquecimento da coletividade.

Em terceiro lugar, vale salientar que a noção de crise, tal qual pensada por Pelbart (2010), está ao mesmo tempo demasiado presente em nosso cotidiano, mas desqualificada. Compreendida no senso comum como sinônimo de fracasso, inoperância e problema, a crise é algo que evidencia o medo diante do desconhecido que está por vir. Entendemos, todavia, que por diferentes vias ela coloca em xeque valores que já estão consolidados. A falência, ou ao menos o questionamento desses valores, é uma das condições para ensaiar novas práticas sustentáveis. Tal falência pode paralisar indivíduos e coletividades, que se dobram a angústia de não poder contar com uma solução imediata que cesse “definitivamente” o clima de insegurança. Nesses momentos, técnicos e experts são chamados a se pronunciar, reforçando uma espécie de

terceirização do exercício político, das relações de poder e do debate coletivo.

O caminho trilhado, no decorrer desta pesquisa, portanto, deixa evidente que um documento elaborado para ser implementado em dimensão global, nacional e local é inoperante quando se mantém na mera condição de referência abstrata ou modelo a ser seguido. Distante de uma perspectiva política, que coloca em ação uma multiplicidade de agentes sociais, esse tipo de material ganha contornos demasiado fixos que não desencadeiam ressonâncias no coletivo populacional, apesar dos esforços empreendidos no sentido de envolver a população local com seu debate e execução. Assim, o problema evidenciado pela dificuldade de implementação da Agenda 21 configura-se como algo que vai além da técnica, das prescrições e das assinaturas.

Daí a importância de dar continuidade a esse tipo de estudo que aborda os documentos gerados em conferências nacionais e internacionais sobre o meio ambiente. Tal empreendimento requer uma abordagem interdisciplinar, discutindo o tema em uma perspectiva não apenas acadêmica, mas também política e gerencial. Isso traria diferentes ângulos para analisar a dificuldade de produzir práticas concretas em relação à preservação da natureza. Cabe dizer, ao final dessa trajetória de pesquisa, que a análise teórica e documental aqui empreendida serviu como um passo para dar visibilidade à demanda por um exercício político difícil de ser consolidado entre as nações.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 1, 1999.
- AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21** (global). Ministério do Meio Ambiente – MMA, 1992. Retirado de: <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/>>. Em 08 jun. 2016.
- ÁLVARES, M. M. C. **A agenda 21 local nos municípios portugueses**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) Universidade do Minho, Braga, 2009.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BASSANI, P.; CARVALHO, M. A. V. Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, 9, 6976, 2004.
- BRÜSEKE, F. J. Desestruturação e desenvolvimento. In: VIOLA, E.; FERREIRA, L. C. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Unicamp, 1996.
- CENCI, D. R.; GATTO, J. H. Vulnerabilidade da proteção jurídica ao meio ambiente no mundo globalizado. **Encontro Nacional da ANPPAS**, 4, Brasília, 2008.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro. **Agenda 21**. Brasília: Senado Federal, 1996.
- DESIDÉRIO, M. **Adesão à Agenda 21 recua para 20% no Brasil**. PNUD, 2010.
- FERREIRA, I. A. **Os ecos da ECO na mídia**: A ECO-92 nas páginas do jornal cearense O Povo. 2008. Retirado de: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/Os%20ecos%20da%20ECO%20na%20midia.pdf>>. Em: 17 jun. 2016.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- FORSYTH, J. The illusion of inclusion: Agenda 21 and the commodification of Aboriginal culture in the Vancouver 2010 Olympic Games. **Public**. 27 (53), June. p. 22-34, 2016.
- FORTES, J. **Agenda 21 - O caminho perdido dos Fóruns de discussão**. 2014. Retirado de: <<http://www.oestadoce.com.br/cadernos/oev/agenda-21-o-caminho-perdido-dos-foruns-de-discursao>> Em: 20 jun. 2016.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos X: Filosofia, diagnóstico do presente e verdade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1997.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.
- IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística (2002). **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro.

- JACOBI, P. R.; GÜNTHER, W. M. R.; GIATTI, L. L. Agenda 21 e governança. **Estudos Avançados**, 26 (74), p. 331 – 339, 2012.
- IPCC. **Climate Change 2014: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: Switzerland, 2014.
- LASCH, C. A. **Cultura do narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1983.
- LENZI, C. L. **Sociologia Ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- LIMA, R. G.; CRUZ, G. A.; PIMENTEL, L. R. (s/d). **A mídia nacional e internacional na conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento – Eco 92 ou Rio 92**. Retirado de: <http://unisul.br/wps/wcm/connect/f978ba35-3864-483c-b2a4-97d2f24d0971/artigo_a-midia-nacional-e-internacional-na-conferencia_2-spi.pdf?MOD=AJPERES> Em: 17 jun. 2016.
- MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR., A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, 17 (1), 720, 2008.
- MARTINS, C. H. B.; CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C.; MOREIRA, G. G. Da Rio-92 à Rio+20: avanços e retrocessos da Agenda 21 no Brasil. **Indic. Econ. FEE**. Porto Alegre, 42 (3), p. 97-108, 2015.
- MATTOS, K. M. C.; MATTOS, A. **Valoração econômica do meio ambiente – uma abordagem teórica e prática**. São Carlos: Rima, Fapesp, 2004.
- MOTA, J. A. **O valor da natureza**: Economia e Política dos recursos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- NAVARRO-ESPIGARES, J. L.; MARTÍN-SEGURA, J. A.; PÉREZ-LÓPEZ, C.; MARAVER-TARIFA, G. Waste Management in the Spanish Municipalities: Is commitment to Local Agenda 21 more than good intentions? *Investigaciones Regionales*. **Journal of Regional Research**, 40, p. 35 - 56, 2018.
- O’CONNOR, J. Es posible el capitalismo sostenible? **Papeles de Poblacion**, 6 (24), 9-35, 2002.
- O GLOBO. **O que foi a Rio-92**. 2012. Retirado de <<https://oglobo.globo.com/economia/rio20/o-que-foi-rio-92-4981033>> Em 09 jun. 2016.
- O JOINVILENSE. **Agenda 21 esquecida**. Joinville, 2010.
- OLIVEIRA, L. D. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável**: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92). Campinas, 2011.
- PELBART, P. P. **Una crisis de sentido es la condición necesaria para que algo nuevo aparezca**. 2010. Retirado de: <<http://blogs.publico.es/fueradelugar/124/una-crisis-de-sentido-es-la-condicion-necesaria>> Em 01/06/2016.
- RIFKIN, J. **A terceira revolução industrial**: Como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo. São Paulo: M. Books, 2012.
- RODRIGUES, A. M. Problemática ambiental e agenda política: espaço, território, classes sociais. **Boletim Paulista de Geografia**. Perspectiva crítica, 83, 91-110, 2005.

SENNETT, R. **O Declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVERWOOD-COPE, K. O.; VILLARROEL, L. C. L.; SERKEIS, A. P. M.; KAMBER, A. **Mudanças climáticas**. Brasília: MMA, 2011.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TEIXEIRA, C. Educação e desenvolvimento sustentável na Agenda 21 brasileira. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 33 (1), p. 31-48, jan-jun. 2008.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. A. Mudanças e continuidades na gestão urbana brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, 111, jul-dez. 2006.

WORLDWATCH INSTITUTE. **Estado do mundo**: transformando culturas. Do consumismo à sustentabilidade. Salvador: UMA, 2010.

NOTA

(1) Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina/UEL. Especialista em Economia do Meio Ambiente: Valoração, Licenciamento, Auditoria e Educação Ambiental pela Universidade Estadual de Londrina/UEL. Graduada em Administração pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília, Marília - SP. Professora na Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina, PR.

(2) Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP, São Paulo, SP. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina / PR. Professora do curso de Graduação em Psicologia, do Mestrado em Administração e do Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina/UEL, Londrina / PR.

(3) Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Londrina/UEL. Graduada em Administração Universidade Estadual de Londrina/UEL. Professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP, Londrina / PR.

Enviado: 08/05/2018

Aceito: 27/08/2018